



**EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO

PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, visando futuras e eventuais Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município. Conforme especificações, quantitativos e condições descritos no edital, no período de 12 (doze) meses. Conforme especificações, quantitativos e condições descritos no edital, no período de 12 (doze) meses.

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES

Dia 08/03/2017 às 08:00hs (oito horas) - Horário Local.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

Dia 08/03/2017 após encerrada a fase de credenciamento.

Não havendo expediente na data supracitada, a data para a realização do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

LOCAL

Sala das Licitações, situada à Rua Prudente de Moraes, nº 130, Centro - Teixeira de Freitas-Bahia, das 8:00 às 12:00 hs.

CONSULTAS AO EDITAL

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Diário Oficial do Município pelo sitio: www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, e, para consulta na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Prudente de Moraes, nº 130, centro, na cidade de Teixeira de Freitas - BA, no horário de 08:00 às 12:00 horas, podendo ser adquirido no mesmo local mediante requisição.

ESCLARECIMENTOS

Esclarecimentos poderão ser solicitados pessoalmente junto a sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Prudente de Moraes, nº 130, centro, na cidade de Teixeira de Freitas - BA, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

As empresas que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo, no Diário Oficial do Município, www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

OBSERVAÇÃO

- a) A existência de preços registrados não obriga a Secretaria Municipal de Saúde - SMS de Teixeira de Freitas/BA, a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie.
- b) Fica facultada a utilização de outros meios de aquisição, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.



ÍNDICE

TÍTULO I - PREÂMBULO	3
TÍTULO II - OBJETO	3
TÍTULO III - ÓRGÃO SOLICITANTE / PARTICIPANTE	4
TÍTULO IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	4
TÍTULO V - ENTREGA DOS ENVELOPES	5
TÍTULO VI - CREDENCIAMENTO	6
TÍTULO VII - PROPOSTAS COMERCIAIS	7
TÍTULO VIII - HABILITAÇÃO	8
TÍTULO IX - SESSÃO DO PREGÃO	14
TÍTULO X - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
TÍTULO XI - DA ENTREGA DO SERVIÇO	20
TÍTULO XII - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES	21
TÍTULO XIII - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	23
TÍTULO XIV - DO PAGAMENTO	23
TÍTULO XV - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	23
TÍTULO XVI - DA FISCALIZAÇÃO	24
TÍTULO XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS	25
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	28
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	44
ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	46
ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO	50
ANEXO V - MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO	60
ANEXO VI - MODELO - DECLARAÇÃO DE CONHEC. E ACEITAÇÃO DO EDITAL .	61
ANEXO VII - MODELO - INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS	62
ANEXO VIII - MODELO - DECLARAÇÃO DE ME OU EPP	63
ANEXO IX - MODELO - DECLARAÇÃO ART. 7º, XXXIII, CF	64
ANEXO X - MODELO - DECLARAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO	65
ANEXO XI - RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL	66
ANEXO XII - MODELO- DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEP. DE PROPOSTA .	67
ANEXO XIII - MODELO- TERMO DE VISITA TÉCNICA	68

**TÍTULO I - PREÂMBULO**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRA DE FREITAS - BA, com endereço na Av. João Paulo II, 680, Vila Caraípe, Teixeira de Freitas - BA, CEP 45.995-005, inscrito no CNPJ sob o nº 13.843.896/0001-12 isento de inscrição estadual, torna público, para conhecimento dos interessados, que promoverá licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, visando futuras e eventuais Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município. Conforme especificações, quantitativos e condições descritos no edital, no período de 12 (doze) meses, em sessão pública na sala das Licitações, situada à Rua Prudente de Moraes, nº 130, Centro - Teixeira de Freitas-Bahia, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei 8666/1993, Decreto Federal nº 7.892/2013, Lei Municipal nº 541/2010 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital e seus anexos.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro e Equipe, designados pelo Decreto nº 206, de 12 de Janeiro de 2017.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Prudente de Moraes, nº 130, Centro - Teixeira de Freitas-Bahia, das 8:00 às 12:00 hs, no horário de 08:00 às 12:00 horas, podendo ser adquirido no mesmo local mediante requisição.

Os interessados deverão acompanhar as mensagens referentes a esta licitação (resposta a questionamentos, impugnação, recursos, etc.), por meio das publicações no **Diário oficial do Município**, www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, "portal do cidadão" sendo exclusivos responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens publicadas naquele periódico oficial.

As empresas que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se acompanhar as publicações referentes ao processo, no **Diário oficial do Município**, www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, "portal do cidadão" quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

Além do quadro de aviso do Hall de Entrada, também será publicados, no **Diário oficial do Município**, www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, "portal do cidadão" quando e/ou demais órgãos oficiais, quando assim o exigir.

TÍTULO II - OBJETO

PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, visando futuras e eventuais Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município. Conforme especificações, quantitativos e condições descritos no edital, no período de 12 (doze) meses. Conforme especificações, quantitativos e condições descritos no edital, no período de 12 (doze) meses.

**TÍTULO III - ÓRGÃO SOLICITANTE / PARTICIPANTE**

1. Órgão Solicitante:
2. 1.1. Fundo Municipal de Saúde.
2. Órgão Participante:
- 2.1. Secretaria Municipal de Saúde.

TÍTULO IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas, legalmente constituídas, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, **conforme estabelecido neste edital**. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
2. Os documentos deverão ser apresentados na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93.
3. O representante de uma participante não poderá representar outra participante.
4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
 - 4.1. Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
 - 4.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.
 - 4.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.
 - 4.4. Que a oficina não esteja a uma distância superior a 15 km da sede da prefeitura deste município.
 - 4.5. Estrangeiras que não funcionem no País.
 - 4.6. Que não tenham cumprido integralmente, contratos anteriormente firmados e que, embora ainda vigentes, se encontrem inadimplentes com quaisquer das obrigações assumidas com outros órgãos e entidades Federais, Estaduais ou Municipais.
5. NÃO SERÁ PERMITIDA A COMPETIÇÃO ENTRE EMPRESAS QUE POSSUAM OS MESMOS SÓCIOS, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.
6. As Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicam-se no que couber as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei Municipal 541/2010.
7. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
8. A eventual não observância, pelos licitantes, das vedações previstas neste título, sujeitá-los-á às penalidades cabíveis.

**TÍTULO V - ENTREGA DOS ENVELOPES**

1. Os interessados, conforme endereço, dia e horário especificados no edital, deverão entregar os seus envelopes contendo "**PROPOSTA COMERCIAL**" e "**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**" indevassáveis, hermeticamente fechados, rubricados nos seu fecho e entregues ao **Pregoeiro**, na sessão pública de abertura deste certame.

LOCAL: Rua Prudente de Moraes, nº 130, Centro - Teixeira de Freitas-Bahia.

DATA: 20/02/2017

HORÁRIO: 08:30hs (oito e trinta horas)

Horário Local.

2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

2.1. Envelope contendo a Proposta Comercial:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRA DE FREITAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2017-SMS

PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE:

CNPJ:

2.2. Envelope contendo a Documentação de Habilitação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRA DE FREITAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2017-SMS

PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

ENVELOPE N.º 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

CNPJ:

3. No ato de entrega dos envelopes, após rubricados pelos licitantes, a equipe de apoio lacrará nas extremidades com fita adesiva transparente garantido a total inviolabilidade dos mesmos.

4. A declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos da habilitação constantes do edital, conforme Anexo VI, deverá ser apresentada por fora de Envelope nº 02 Habilitação, juntamente com a Carta de Credenciamento ou outro documento conforme o título VI.

5. Não serão considerados os envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" que não sejam entregues ao Pregoieiro designado, no local, data e horário definido neste edital.

6. Havendo dúvidas ou necessidade de esclarecimentos que não possam ser dirimidos de imediato, demandando análises complementares ou



diligências, as mesmas serão consignadas em ata, podendo a sessão ser suspensa.

7. Suspensa a sessão, os envelopes de Proposta Comercial, ficarão sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos licitantes presentes.

8. A decisão quanto à habilitação, após dirimidas as dúvidas que suscitaram a suspensão, poderá:

8.1. Ser divulgada no Quadro de Avisos do Hall de Entrada da Sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Prudente de Moraes, nº 130, Centro - Teixeira de Freitas-Bahia, ficando acessíveis a todos os interessados, ou;

8.2. Ser marcada nova data e horário para continuidade da sessão, a ser comunicada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para divulgação do resultado da habilitação, que será comunicada aos licitantes interessados mediante notificação por meio de correio eletrônico (e-mail, e/ou por meio de publicação no **Diário oficial do Município** www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, "portal do cidadão" e/ou demais órgãos oficiais, quando assim o exigir.

9. Vencida a fase de habilitação, os envelopes da Proposta Comercial serão abertos no mesmo local, indicados neste Edital, onde foram abertos os envelopes de Documentação de Habilitação.

TÍTULO VI - CREDENCIAMENTO

1. Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente ou representante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

2. O credenciamento far-se-á através de procuração mediante instrumento público ou particular, ou outro documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

3. No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social, e da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4. Só poderá deliberar em nome do proponente, formulado ofertas/lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, o representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

5. O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo V.

6. O proponente deverá fornecer Declaração de estrita observância ao inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/2002, conforme modelo constante do



Anexo VII - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.

7. O credenciamento deverá se entregar separado dos envelopes de PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

TÍTULO VII - PROPOSTAS COMERCIAIS

1. As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízos à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do Anexo II, deste edital e, **obrigatoriamente**, deverá constar:

1.1. Identificação do Processo Licitatório.

1.2. Referência ao item objeto da Proposta Comercial, informando o valor da hora do serviço, bem como o percentual de desconto nas peças originais da tabela do fabricante, considerando a classificação dos veículos, conforme anexo I, deste edital.

1.3. Identificação da Proponente: Nome, número do CNPJ, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico da empresa proponente.

1.4. Dados bancários: nome e nome do banco, número da agência e número da conta corrente.

1.5. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes.

1.6. Preço unitário e preço total numérico e o preço total do item numérico, em moeda nacional, para toda a proposta.

1.7. Declaração de que nos preços propostos e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: transporte, tributos, emolumentos, encargos sociais, fiscais, para-fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação.

1.8. Informar na proposta o prazo da garantia dos serviços, que não deverá ser inferior a 60 (Sessenta) dias.

1.9. Constar que todos os equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços serão por conta da contratada.

1.10. Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, nos valores da prestação de serviços, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da lei.

1.11. Os tributos, emolumentos, contribuição sociais, fiscais, para-fiscais e custos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta



do objeto desta licitação, serão de exclusiva responsabilidade da licitante.

1.12. A licitante vencedora do objeto licitado, deverá encaminhar a proposta final ajustada do resultado do certame, à comissão de licitação em até 05 (cinco) dias corridos, sob pena de desclassificação.

TÍTULO VIII - HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1. A licitante deverá apresentar a documentação discriminada a seguir:

1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual (empresário), no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

1.3. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresárias, e, especificamente no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores.

1.4. Inscrição do ato constitutivo no registro próprio no caso de sociedades não empresárias, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação do **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do **CRF - Certificado de Regularidade do FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débito Estadual**, fornecida pela Secretaria competente do Estado.

3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débito Municipal**, fornecida pela Secretaria competente do Município.



3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, fornecida pelo Poder Judiciário / Justiça do Trabalho.

4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade de 30 (trinta) dias contados da data de emissão, caso não conste data de validade expressa.

4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando com base a variação, ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna -IGP- DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas -FGV- ou de outro indicador que o venha substituir.

4.2.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

4.2.2. Serão considerados aceitos como **na forma da lei** o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Para Sociedades Anônimas e outras Companhias obrigadas à publicação de balanço regido pela Lei nº 6.404/76, publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor, cópias de :

I - balanço patrimonial;

II- demonstração do resultado do exercício;

III- demonstração das origens e aplicações dos recursos;

IV- demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;

V- notas explicativas do balanço.

b) Sociedades empresárias, não empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor, ou em outro órgão equivalente;

c) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor, ou em outro órgão equivalente;

4.2.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei



(devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente), que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, por meio do cálculo de índices contábeis abaixo previstos, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo apresentar separadamente os seguintes elementos:

- a) Ativo Circulante;
- b) Ativo Total;
- c) Realizável a Longo Prazo;
- d) Passivo Circulante;
- e) Exigível a Longo Prazo.

- Índice de Liquidez Corrente - ILC - igual ou superior a 1,0

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

onde:

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

- Índice de Liquidez Geral - ILG - igual ou superior a 1,0

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

onde:

AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo

- Índice de Solvência Geral - ISG - igual ou superior a 1,0

$$ISG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

onde:

AT = Ativo Total
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo

4.2.4. Comprovação, na data de abertura da licitação, de PATRIMÔNIO LÍQUIDO, apurado no balanço do último exercício e validado por profissional habilitado, de, no mínimo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor proposto para a contratação, de acordo com o artigo 31, § 3º, da Lei nº 8.666/93 (**exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral**).

4.3. Os documentos relativos ao **item 3 e seus subitens**, deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa



licitante e do seu contador ou mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade; bem como o Certificado de Regularidade Profissional - CRP - é indispensável.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade do licitante, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados na Entidade Profissional competente (CREA);

5.2. Não serão aceitos atestados emitidos por empresa do mesmo grupo empresarial do concorrente ou pelo próprio concorrente ou por empresa das quais participem sócios ou diretores do concorrente, ou ainda empresa das quais o concorrente integre o seu quadro societário;

5.3. Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para realização do objeto da licitação bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos respectivamente;

5.4. Licença de operação emitida pelo INEMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS) emitido pela SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, para os serviços objeto desta licitação e de acordo com a RDC ANVISA 306/2004;

5.5. Licença ambiental emitida pelo INEMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS) do aterro licenciado para recebimento dos resíduos após o tratamento, dentro do estado da Bahia;

5.6. Licença Ambiental municipal de transbordo no município de Teixeira de Freitas.

5.7. Licença ambiental emitida pelo INEMA (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS), para os serviços objeto desta licitação como sendo transporte de resíduos perigosos;

5.8. Contrato com o aterro sanitário que receberá os resíduos depois de tratados. (Dentro do estado da Bahia);

5.9. Comprovação de que os veículos utilizados para coleta e transporte possuem equipamentos de rastreamento e tacógrafo;

5.10. Comprovação de que a empresa faz controle de fumaça nos veículos que fazem a coleta e transporte dos resíduos;

5.11. Indicação de profissional legalmente habilitado, como RESPONSÁVEL TÉCNICO pelos serviços objeto da licitação, e comprovação de seu vínculo contratual com a licitante até a data de abertura da licitação, devendo ainda ser o responsável pela direção dos serviços licitados, com declaração expressa de que o mesmo aceita a indicação para a direção dos serviços e demonstrar que é detentor de atestado de responsabilidade técnica em execução de serviços com características e quantitativos iguais ou superiores ao objeto desta licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) CAT(s) emitido(s) pelo CREA;

Obs.: A comprovação de que o profissional de nível superior acima referido pertence ao quadro permanente da empresa e/ou têm vínculo contratual, deverá ser feita através de uma das seguintes formas:



- Carteira de Trabalho;
- Contrato de Trabalho;
- Contrato Social para Sócios da empresa.

5.12. Declaração que a Licitante Vistoriou toda a área onde será executado o serviço objeto desta Licitação, emitida pela Secretaria de Saúde (anexo XIII).

5.13. CTRC - (cadastro Técnico Federal e Certificado de Regularidade) expedido pelo IBAMA.

5.14. Alvará de funcionamento expedida pelo órgão de vigilância sanitária (municipal ou estadual) em nome da licitante.

5.15. Declaração de disponibilidade do(s) veículo(s) e a ser(em) utilizado(s) nos serviços de coleta e transporte e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde, ou alternadamente, documento de propriedade do veículo expedido pelo DETRAN, observadas a legislação vigente no país para o serviço, no que pertine às características do automóvel.

5.16. Relação explícita do(s) motorista(s) apto(s) para transporte de resíduos de serviços de saúde, acompanhada do comprovante da Carteira de Habilitação e curso MOPP - Movimentação e Operação de Produtos Perigosos de cada motorista, respeitado seu prazo de validade.

5.17. Prova de que a licitante possui PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme disposições da NR 9 emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

5.18. Prova de que a licitante possui PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, conforme disposições da NR 7 emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

5.19. Comprovante de inspeção veicular pelo IMETRO para cargas perigosas.

5.20. Atestado de Vistoria Técnica da unidade de tratamento emitida pelo Corpo de bombeiro - AVCB

6. OUTRAS DECLARAÇÕES E COMPROVAÇÕES

6.1. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 1988, conforme modelo do Anexo IX.

6.2. Declaração de inexistência de vínculo empregatício com funcionário público municipal, conforme modelo do anexo X.

7. A Comissão Permanente de Licitação efetuará consulta ao *site* da Receita Federal, na *internet*, para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à Instrução Normativa nº 568, de 8/9/2005, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, confirmando, ainda, a



autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

7.1. Procedida à consulta, serão impressas declarações comprovantes da autenticidade dos documentos, que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

8. O Micro empresário Individual (MEI), a microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

8.1. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o MEI, a ME ou a EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

8.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 2 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

8.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

9. Sob pena de inabilitação, a documentação exigida somente será aceita:

9.1. Em língua portuguesa,

9.2. Ou em idioma estrangeiro, se acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados no local de emissão ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

9.2.1. Os documentos emitidos no estrangeiro, porém, em língua portuguesa, deverão, também, ser apresentados devidamente consularizados no local de emissão ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.3. Em cópias legíveis e sem rasuras.

9.4. Com datas legíveis e sem rasuras.

10. Ao Pregoeiro e sua Equipe de Apoio reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário.

11. Os documentos exigidos neste certame poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por**



cartório competente, com exceção dos extraídos pela *internet*, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

11.1. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados, para autenticação pela Equipe de Apoio em até 24 (vinte e quatro horas) antes da abertura da sessão pública deste certame.

12. Em nenhuma hipótese será aceito documentos em forma de "FAX" ou via postal.

13. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor somente serão aceitos quando tiveram sido emitidos a menos de 60 (sessenta) dias da data de abertura do pregão.

14. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará a proponente.

TÍTULO IX - SESSÃO DO PREGÃO

1. CREDENCIAMENTO

1.1. A Equipe de Apoio, procederá o credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, informando ao Pregoeiro as empresas que se estão presentes e se fazem representadas.

1.2. Os licitantes que não indicaram representantes, devidamente credenciados perante o Pregoeiro, estarão proibidos de participar dos lances verbais, valendo tão somente a Proposta Comercial registrada, desde que a Proposta Comercial esteja classificada.

1.3. Se a proponente se enquadrar nas hipóteses previstas pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar, Anexo ao envelope da Proposta Comercial, a Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada expedida pela JUNTA COMERCIAL da sede da empresa, para efeito de classificação das propostas.

1.3.1. A não apresentação do documento requerido no subitem 1.3 representa renúncia expressa aos direitos previstos na Lei Complementar 123/2006 e Lei Municipal 541/2010.

2. ABERTURA DA SESSÃO

2.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

2.2. Os documentos de credenciamento passarão a compor o processo.

3. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

3.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo com a peça editalícia.

3.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de MENOR PREÇO POR



LOTE e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor PREÇO, para cada item objeto da licitação, para participarem dos lances verbais.

3.3. Se não houver no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no item 3.2, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

4. LANCES VERBAIS

4.1. Aos licitantes classificados será dada à oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais sucessivamente.

4.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

4.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

5. JULGAMENTO

5.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE.**

5.1.1. Em caso de divergência entre o preço e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

5.1.2. Em caso de divergência entre preço total e o resultado da operação (valor unitário x quantidade), prevalecerá o valor unitário.

5.1.3. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

5.1.3.1. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de MENOR PREÇO POR LOTE e o valor estimado da contratação.

5.1.3.2. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

5.1.4. Sendo aceitável a oferta de MENOR PREÇO POR LOTE, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

5.1.4.1. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

5.1.5. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro



deverá negociar para que seja obtido O MENOR PREÇO POR LOTE, levando-se em conta a estimativa do processo.

5.1.6. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente, vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta final de MENOR PREÇO POR LOTE.

5.1.7. Os procedimentos dos itens 3.2 a 5.1.5 serão repetidos para todos os produtos constantes do termo de referência.

5.1.8. Se a licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

5.1.9. Todos os documentos serão vistos e rubricados, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das sociedades empresariais participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes.

5.2. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes presentes.

5.3. Manifestação das demais licitantes quanto à intenção de recorrer devidamente, se houver manifestação positiva nesse sentido. Se houver, os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes que manifestarem interesse de interpor recurso ficarão sob a guarda da equipe de apoio até a assinatura do contrato do licitante vencedor.

5.4. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda da equipe de apoio e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

6. RECURSOS

6.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

6.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso.

6.4. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias.



6.5. Os recursos contra decisões de pregoeiro, em regra, terão efeito suspensivo.

6.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.7. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes julgados desclassificados, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados, à exceção dos relativos ao 2º e 3º classificados na ordem crescente dos preços propostos, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

6.8. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

7. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

7.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

7.3. As decisões da autoridade superiora e da Comissão Permanente de Licitação serão publicadas no Quadro de Avisos do Hall de Entrada da Sala da Comissão Permanente de Licitação e/ou no **Diário oficial do Município**, www.teixeiradefreitas.ba.gov.br, "portal do cidadão", se assim o exigir.

TÍTULO X - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Encerrado o procedimento licitatório, após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, o representante legal da licitante vencedora será convocado para firmar o Registro de Preços mediante assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme minuta do Anexo III, e da proposta aceita.

1.1. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas na habilitação para assinar a Ata de Registro de Preços.

1.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura Ata de Registro de Preços, ou recuse-se a assiná-la, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar a assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A Ata de Registro de Preços é um compromisso de fornecimento firmado pelo(s) licitante(s) vencedor(es) e destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.

3. O representante legal da licitante vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação para tal, por meio de convocação publicada no Diário Oficial do Município



www.teixeiradefreitas.ba.gov.br "portal do cidadão" e subsidiariamente por correio eletrônico ou outro meio disponível.

4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e desde que devidamente fundamentada.

5. Se o(s) licitante(s) vencedor(es) recusar(em)-se a assinar a Ata de Registro de Preços, o Município de Teixeira de Freitas - BA poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação, celebrando com ele o compromisso representado pela assinatura da Ata de Registro de Preços, independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei n.º 8.666/93.

6. O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados através dos órgãos oficiais e disponibilizados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

7. Após a publicação da Ata de Registro de Preços nos órgãos oficiais, poderão ser solicitados os fornecimentos dentro do prazo de validade do Registro.

8. Os licitantes que tenham seus preços registrados obrigar-se-ão a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços.

9. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, a contar da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, conforme art. 12 do Decreto n.º 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013.

10. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, nos termos do art. 57 e seus parágrafos, da Lei n.º 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa e mediante prévia consulta ao fornecedor.

11. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

13. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA NÃO OBRIGATORIEDADE DE FIRMAR CONTRATAÇÕES

14.1. A existência de preços registrados não obriga o Município de Teixeira de Freitas - BA a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie.

14.2. Fica facultada a utilização de outros meios de aquisição, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

**15. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal está autorizado a utilizar a Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, desde que comprovada a vantagem, devendo, para tanto, comunicar a adesão à Ata de Registro de Preço, nos termos do art. 22 do Decreto n.º 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013;

15.2. Caberá ao órgão aderente da Ata de Registro de Preços, após a indicação dos possíveis fornecedores e respectivos preços pelo Órgão Gerenciador, verificar junto aos mesmos a capacidade do fornecimento dos serviços;

15.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas;

15.4. As aquisições adicionais de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, nos termos do §3º do art. 22 do Decreto n.º 7.892/2013.

15.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do §4º do art. 22 do Decreto n.º 7.892/2013.

16. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

16.1. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de vigência do contrato, salvo quando houver um disciplinamento diverso oriundo de legislação federal.

16.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado.

16.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Secretaria Municipal de Administração convocará o fornecedor visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

16.4. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e os demais fornecedores serão convocados, visando igual oportunidade de negociação.

16.5. Não havendo êxito nas negociações, O Secretaria Municipal de Saúde providenciará o cancelamento do item da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da aquisição mais vantajosa.

16.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Secretaria Municipal de



Administração liberará o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, **desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.**

17. O(s) fornecedor (es) registrado (s) deverá (ão) manter, durante a vigência do Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, renovando as respectivas certidões, que, no caso de não poderem ser obtidas nos respectivos sítios dos órgãos emissores na internet, deverão ser encaminhadas o Secretaria Municipal de Saúde no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação das mesmas.

TÍTULO XI - DA ENTREGA DO SERVIÇO

1. Observados os critérios e condições estabelecidas no presente edital, o Fundo Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas poderá contratar a prestação de serviços de mais de um fornecedor registrado, seguindo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Solicitante/Participante, observadas as condições do edital e o menor preço registrado.

2. O(s) licitante(s) vencedor(es) ficará(ao) obrigado(s) a, quando solicitado, prestar o serviço, a ele(s) adjudicado em perfeitas condições, de imediato e dentro das características especificadas neste edital e em sua(s) proposta(s), nos locais indicados pelo Órgão Solicitante/Participante.

3. A prestação de serviços, serão realizadas de acordo com os pedidos feitos ao(s) fornecedor (es) mediante emissão e encaminhamento da solicitação de fornecimento.

4. O início do prazo de prestação começará a correr a partir do recebimento da solicitação de fornecimento, que será encaminhada ao fornecedor, o qual enviará a confirmação do seu recebimento.

5. Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a contratada será comunicada e deverá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo conforme o caso.

6. A prestação de serviços será acompanhada e fiscalizada por servidores do Órgão Solicitante/Participante.

7. O objeto do presente certame, que deverá está de acordo com as especificações da proposta, será recebido:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço; e

b) Definitivamente, por servidor capacitado do órgão fiscalizador, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove qualidade e quantidade do serviço e conseqüente aceitação.

8. A contratada deverá obedecer rigorosamente à solicitação do serviço informado pelo setor competente.



9. A solicitação poderá ser alterada de acordo com a necessidade da Órgão Solicitante/Participante.

10. Não será considerado entrega realizada para serviço que não tenha atendido as descrições definidas no contrato, ou as quantidades a menor ou a maior do que a solicitada do setor competente.

11. O Órgão Solicitante/Participante, fixará prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após comunicação, para correção pela CONTRATADA, na hipótese de serem encontradas irregularidades quando do fornecimento do objeto.

11.1. Não sendo sanadas as irregularidades, o Órgão Solicitante/Participante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Autoridade competente para a aplicação de penalidades.

12. Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a incidência das sanções previstas neste edital, na Lei 8.666/93.

13. A nota fiscal de fornecimento deverá ser emitida em conformidade com as unidades de fornecimento indicados no anexo I do edital e da proposta do fornecedor, anexo II.

14. O(s) licitante(s) vencedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a:

14.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, salvo mediante prévia autorização do Fundo Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas;

14.2. Emitir nota fiscal com o mesmo número de CNPJ da declaração de atendimento à exigência contida no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, e da proposta.

14.3. Quando o(s) licitante(s) vencedor(es) recusar(em)-se a entregar o objeto da licitação nas condições estabelecidas neste edital e em sua(s) proposta(s), o Fundo Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas/BA reserva-se o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

TÍTULO XII - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

1. Dos Direitos

1.1 . Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber o objeto/serviços deste contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

2. Das Obrigações

2.1 Constituem obrigações da **Contratante**:

- a) efetuar o pagamento na forma previsto neste instrumento;
- b) fiscalizar a execução deste contrato;
- c) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

**2.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:**

a) Prestar o serviço de GARANTIA, sempre que solicitado no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), de acordo o anexo II, deste edital.

b) Fornecer os serviços na forma ajustada.

c) Constar na proposta a descrição do objeto ofertado conforme anexo I, observando também o Título VII, deste edital.

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

e) manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

g) responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

h) responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;

i) não utilizar este contrato, como garantia de qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos bancários ou descontos de duplicatas;

j) fica estabelecido que o objeto do contrato não poderá sofrer intervenção de terceiros. A infringência dessa obrigação implicará na cessação, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas com o contrato, implicando também na sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial;

k) em relação aos serviços prestados no conserto e/ou reparo informar o prazo da garantia dos mesmos, que não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias.

l) a contratada se responsabilizará pelos consertos, reparos e substituições de equipamentos defeituosos em um prazo de até 48 (quarenta e oito horas).

m) a CONTRATADA se responsabilizará totalmente pela mão de obra, utilizados para a realização dos serviços, bem como todos os encargos, garantindo a plena execução conforme objeto;

n) fornecer todo o material de segurança conforme determina a Lei, bem como fiscalizar a utilização dos mesmos em serviço, que se



faz necessário para a correta execução das atividades ora licitadas, a fim de evitar acidentes de trabalho.

TÍTULO XIII - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes dos contratos firmados com base nos Preços originária desta licitação serão suportadas pelas dotações próprias constantes da lei Orçamentária Anual, vinculadas aos signatários dos respectivos contratos.

TÍTULO XIV - PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias ou de acordo com a disponibilidade financeira, após a apresentação de nota fiscal / fatura à Tesouraria, devidamente atestadas pelo servidor do órgão requisitante ou comissão encarregada da conferência das mesmas. Bem como prévia comprovação de regularidade da empresa perante o PGFN, CNDT e FGTS.

2. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

3. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 480-SRF, de 15 de dezembro de 2004, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), **em duas vias**.

4. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 480-SRF, de 15 de dezembro de 2004.

5. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às **retenções tributárias**.

6. O titular da conta bancária da licitante vencedora deverá ter o mesmo número de CNPJ da declaração de atendimento à exigência contida no art. 27, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, e da proposta.

TÍTULO XV - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O fornecedor que descumprir total ou parcialmente o contrato celebrado com a CONTRATANTE caracterizará inadimplência da adjudicatária/contratada, aplicando-se as seguintes sanções, previstas no **art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93**:

1.1. Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

1.2. Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) Multa no valor de 0,2% (Dois décimos por cento) do valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso no cumprimento do fornecimento.



b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a trinta dias, com a consequência rescisão do contrato.

1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal.

1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

2. O valor da multa aplicada, nos termos do item 1.2 deste Título, será retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no contrato.

4. As sanções previstas nos itens 1.1, 1.3 e 1.4 deste Título poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no item 1.2, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5. O licitante que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Teixeira de Freitas, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

6. As penalidades por ventura aplicadas à CONTRATANTE serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município de Teixeira de Freitas-BA.

7. As sanções previstas neste Título poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

TÍTULO XVI - FISCALIZAÇÃO

1. O Contratante, por meio de fiscal do contrato a ser designado efetuará a fiscalização do contrato nos termos estabelecidos no Anexo I do presente edital, da proposta de preços e das demais disposições constante no edital e/ou contrato entabulado entre a contratante e o contratado.

1.1. No desempenho de suas atividades é assegurado, ao órgão fiscalizador, o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições, inclusive solicitando



a CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações sobre seu andamento.

1.2. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a contratada da total responsabilidade de executar a sua obrigação, com toda cautela e boa técnica, bem como zelar por seus funcionários em relação à segurança, pagamentos salariais e pagamentos de tributos ou impostos sociais e trabalhistas.

TÍTULO XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A licitante e seu preposto são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo licitatório.

2. Quaisquer textos ou documentos **redigidos em língua estrangeira** somente serão considerados válidos se acompanhados da respectiva tradução para língua portuguesa feita por tradutor juramentado, de acordo com o disposto no Decreto n.º 13.609/43, que regulamenta o ofício de tradutor público.

3. É recomendável que todos os documentos e a proposta comercial sejam numerados pelas licitantes, preferencialmente **na parte inferior das folhas**.

4. Caso haja algum erro a ser sanado pela licitante no transcorrer do processo licitatório ou no contrato, esta ou por meio de seu preposto com poderes para tal, deverá comparecer ao setor responsável em até 05 (cinco) dias úteis, após convocação publicada no Diário Oficial do Município www.teixeiradefreitas.ba.gov.br "portal do cidadão" e, subsidiariamente por e-mail.

5. A segunda colocada no processo licitatório se obriga comparecer ao setor de contratos em até 05 (cinco) dias úteis, após convocação publicada no Diário Oficial do Município www.teixeiradefreitas.ba.gov.br "portal do cidadão" e, subsidiariamente por e-mail.

6. O Fundo Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas/BA poderá revogar ou anular esta Licitação, nos termos do Art. 49 da Lei n.º 8.666/93.

7. Qualquer medida judicial oriunda da presente licitação será processada na Comarca de Teixeira de Freitas, com expressa renúncia de outra, por mais privilegiada que seja.

8. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, vedada a inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente do envelope de proposta ou de documentação.

9. Todas as decisões do Pregoeiro serão comunicadas mediante publicação no(s) órgão(s) oficial(is) ao menos por 1 (um) dia, salvo com referência àquelas que puderem ser feitas diretamente às licitantes ou aos seus representantes legais pelos meios disponíveis.



10.0 Pregoeiro, para fins de conferência, reserva-se o direito de exigir os originais de todos os documentos apresentados em fotocópias para esta licitação.

11. Para todas as referências de tempo contidas neste edital, será observado o horário local.

12. Os recursos e as impugnações ao edital serão, obrigatoriamente, protocolados na Sala da Comissão Permanente de Licitações do Município de Teixeira de Freitas na Rua Prudente de Moraes, 160, Centro, na cidade de Teixeira de Freitas - BA, **até as 12:00 (doze) horas da data limite**, obedecendo os seguintes prazos:

12.1. Impugnação do edital - se protocolizado o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas;

12.2. Pedidos de esclarecimentos ou providências - se protocolizado o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

12.3. Na contagem dos prazos estipulados na presente licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13. Outros esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser obtidos, pessoalmente junto a Secretaria da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Prudente de Moraes, 160, Centro, na cidade de Teixeira de Freitas - BA, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

14. Cópia do Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada à Rua Prudente de Moraes, 160, Centro, na cidade de Teixeira de Freitas - BA, no horário de 08:00 às 12:00 horas, podendo ser adquirido no mesmo local mediante requisição.

15. As empresas interessadas em participar deste processo, deverão ficar atentas às possíveis alterações do edital, caso sejam necessárias, através de comunicado publicado nos órgãos oficiais e/ou através de seus endereços eletrônicos informados no recibo da retirada do edital.

16. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

18. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão.

19. É vedado à contratada sub-contratar total ou parcialmente do objeto deste processo licitatório, exceto com autorização expressa da administração pública municipal.

20. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesses públicos, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.



21. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22. Fica eleito o foro da comarca de Teixeira de Freitas / BA, para dirimir eventuais litígios referentes a este processo.

23. Este edital contém, 68 páginas numeradas, sendo:

- a)** Capa do Edital;
- b)** Índice do Edital;
- c)** Normas da Licitação;
- d)** Anexo I Termo de Referência;
- e)** Anexo II Modelo de Proposta Comercial;
- f)** Anexo III Minuta de Ata de Registro de Preços
- g)** Anexo IV Minuta do Contrato;
- h)** Anexo V Modelo de Carta de Credenciamento;
- i)** Anexo VI Modelo de Declaração de conhecimento e aceitação do edital;
- j)** Anexo VII Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- k)** Anexo VIII Modelo de Declaração de ME ou EPP;
- l)** Anexo IX Minuta declaração do Art. 7º, XXXIII, CF;
- m)** Anexo X Minuta declaração de inexistência de vínculo com funcionário público municipal.
- n)** Anexo XI Recibo de Retirada do Edital;
- o)** Anexo XII Declaração de Elaboração Independente de Proposta
- p)** Anexo XIII Modelo de Declaração de Visita Técnica

Teixeira de Freitas-BA, 21 de Fevereiro de 2017.

ADERLAN FERRAZ DA SILVA
PREGOEIRO (A)



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2017-SMS
PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

1 - OBJETO

PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando futuras e eventuais Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município. Conforme especificações, quantitativos e condições descritos no edital, no período de 12 (doze) meses.

OBS: A COLETA DOS RESÍDUOS SERÁ REALIZADA DIARIAMENTE/SEMANALMENTE/QUINZENALMENTE NAS UNIDADES DE SAÚDE ABAIXO RELACIONADAS.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se face ao interesse público de proporcionar melhor atendimento e saúde aos munícipes, sendo que a **PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, visando futuras e eventuais Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde e para atendimento de urgência e emergência, devendo seguir rigorosamente mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelo setor competente. **Conforme** descritivos e quantitativos descritos abaixo para o exercício de 2017.

O serviço que se pretende contratar tem natureza acessória, instrumental e complementar às áreas de competências deste Órgão, não englobando a prática de quaisquer atos administrativos que impliquem decisões e/ou manifestações de vontade, com produção de efeitos jurídicos.

Por outro lado, a natureza das atividades impõe a necessidade de notificação direta do prestador de serviços para cumprimento de suas tarefas, o que, contudo, não tem o condão de gerar vínculo empregatício entre a Secretaria Municipal de Saúde e os empregados da empresa contratada. As atividades desenvolvidas nos órgãos de execução da Secretaria Municipal de Teixeira de Freitas - SMSTF, resultam na produção dos seguintes tipos de lixo infectante/hospitalar, pertencentes aos Grupos A, B e E, em conformidade com a classificação da Resolução nº 306/2004 ANVISA:

- Grupo A (resíduos infectantes ou biológicos) - todos os resíduos provenientes do atendimento ao paciente, por exemplo: algodão, gazes,

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS**

compressas, luvas, espátulas que tenham tido contato ou não com sangue, tecidos ou fluídos orgânicos;

- Grupo B (resíduos químicos/farmacêuticos) - as sobras eventuais de medicamentos com prazo de validade ultrapassado; e
- Grupo E (materiais perfurocortantes ou escarificantes) - lâminas, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório.

Conforme legislação do Ministério da Saúde e a Resolução CONAMA nº 358/2005, para minimizar riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho e proteger a saúde do trabalhador e da população em geral, esse tipo de resíduo deve ser descartado através de coleta seletiva realizada por profissionais capacitados para dar a destinação adequada ao material.

Considerando as Resoluções acima mencionadas e as determinações da ANVISA, a contratação em apreço se caracteriza como urgente e necessária; além de apresentar características de serviço continuado, visto que é condição sine qua non, nos termos da legislação pertinente, para o funcionamento dos serviços básicos em saúde, pois a interrupção do serviço pode comprometer a continuidade dos atendimentos nos mesmos. A contratação pretendida está em perfeita conexão com o Macrodesafio "Aperfeiçoamento da Gestão de Custo" e é justificado pelo principal resultado esperado: cumprir as exigências legais para o funcionamento de serviços de saúde, dando a destinação adequada para o lixo infectante resultante das atividades realizadas na Secretaria Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas.

3 - ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO OU SERVIÇO

LOTE 01					
ITENS	DESCRIÇÃO SERVIÇOS/PONTO DE COLETA	FREQ.	UND.	QUANT	QUANT. MÊS
1.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ASSISTENCIA FRMACEUTICA , Rua dos Democratas,16 (Rua Lateral Do Sms), Vila Caraipe, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
2.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. CAPS I , Rua Jequitiba 150, Bela	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

	Vista, Teixeira de Freitas.				
3.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. CAPS II , Rua Italia, 120, Monte Castelo, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
4.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. CAPS III , Av. Santaisabel, 620, Monte Castelo, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
5.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. CENTRO DE REF. TB/HAN , Rua Sagrada Família, 651, Bela Vista, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
6.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. CEO , Rua Pedro Alvares Cabral 220, Centro, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
7.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. CER IV , Av. das Nações, s/n, Monte Castelo, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
8.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

	grupos A, B e E. CTA , Rua Rondonia, 103, Centro, Teixeira De Freitas.				
9.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. CTO , Rua Aguas Claras, 136, Monte Castelo, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	2	4
10.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF BELA VISTA , Rua Aguas Claras 857, Bela Vista	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
11.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF CACHOEIRA DO MATO , Rua Principal, s/n, Cachoeira do Mato, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
12.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF CAMINHO DO MAR , Rua Itarantim, 131, Caminho Do Mar, Teixeira de Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
13.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF CASTELINHO , Rua Pau Sangue, 67, Castelinho, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
14.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

	serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF CENTRO , Rua Ipiranga, 221, Centro, Teixeira De Freitas.				
15.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF COLINA VERDE , Rua Mario De Andrade 927, Colina Verde, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
16.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF DUQUE DE CAXIAS , Rod Ba 290 Km 15, Duque Caxias, Teixeira de Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
17.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF ESTANCIA BIQUINE , RUA NOVA PATRIA, SN, INSTÂNCIA BIQUINI, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
18.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF JARDIM CARAIPE , Rua Luis Calmon, 60, Jrd. Caraipe, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
19.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF JERUSALEM , Rua São Sebastião, 48, Jerusalém, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
20.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e	QUINZ.	BOMB. 200	1	2



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

	destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF KAIKAN SUL , Rua Dos Imirantes, 129, Kaikan Sul, Teixeira De Freitas.		LT' s		
21.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF LIBERDADE SUL , Unidade Liberdade Sul Rua Equador 479, Liberdade, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT' s	1	2
22.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF LIBERDADE I , Rua Arabia, S/N, Liberdade, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT' s	1	2
23.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF LIBERDADE II , Av. Padre Anchieta, 135, Timotão/Liberdade II, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT' s	1	2
24.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF LUIS EDUARDO MAGALHÃES , Rua Passos, 37, Lote 03, Luis E. Magalhães, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT' s	1	2
25.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF MONTE CASTELO , Av. Profeta Issa,	QUINZ.	BOMB. 200 LT' s	1	2



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

	774, Monte Castelo, Teixeira De Freitas.				
26.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF NOVA AMERICA , Av. Santos Dumont, 725, Nova América, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
27.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF NOVA TEIXEIRA , Rua Almirante Barroso, S/N, Nova Teixeira, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
28.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF NOVA JERUSALEM , Av. Lydy Travaglio, Sn, João Mendonça, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
29.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF OURO VERDE , Rua Benedito P Guerra, 77, Ouro Verde, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
30.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF SANTO ANTONIO , Rua Principal, s/n, Santo Antonio, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
31.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

	serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF SÃO LOURENÇO I , Rua Jesuítas, 259, São Lourenço, Teixeira De Freitas.				
32.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF SÃO LOURENÇO II, III, V, (centro de diagnose) Rua Grinaldo Medeiros, 377, São Lourenço, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
33.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF SÃO LOURENÇO IV , Rua Jose Do Patrocinio, 248, S. Lourenço, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
34.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF TANCREDO NEVES I , Rua São Benedito, 228, Tancredo Neves, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
35.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF TANCREDO NEVES II , Rua Porções, 135, Tancredo Neves, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
36.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF TEIXEIRINHA , Av. Acm, 10,	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

	Centro, Teixeira De Freitas.				
37.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF ULISSES GUIMARAES , Rua Ungria, 90, Ulisses Guimarães, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
38.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF URBIS , Rua 06, 13, Urbis, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
39.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF VILA CARAIPE , Av. Eixo Norte, 264, Vila Caraipe, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
40.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF VILA VARGAS , Rua João Amaro Gomes, 277, V. Vargas, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
41.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF VILA VERDE , Rua Maria Bonita, 325, Jardim Planalto, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
42.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

	grupos A, B e E. ESF WILSON BRITO , Rua D. Pedro I, 264, Wilson Brito, Teixeira De Freitas.				
43.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. ESF RURAL II , Rua De Caxias 58, Centro, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
44.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. VIGILANCIA SANITARIA , Av. Paulo Souto 680, Vila Caraipe, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
45.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. LACEN , Rua Euclides Da Cunha, 110, Nova Teixeira, Teixeira De Freitas.	SEMANAL	BOMB. 200 LT's	5	20
46.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. PSP (PRESIDIO) , Rua E, S/N, Kaikan Sul, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
47.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. SAMU , Rua Visconde De Cairu, S/N, Jrd. Liberdade, Teixeira De Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº025/2017-SMS - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

48.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. SEDE SMS , Av. João Paulo II, 680, Vila Caraipe, Teixeira de Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
49.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. SMS , Av São Paulo, 1260, Jardim Caraipe, Teixeira de Freitas.	QUINZ.	BOMB. 200 LT's	1	2
LOTE 02					
ITENS	DESCRIÇÃO SERVIÇOS/PONTO DE COLETA	FREQ.	UND.	QUANT	QUANT. MÊS
1.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B, e E. HTMF , AV GETULIO VARGAS, 4079, PIONEIRO, Teixeira De Freitas	DIARIA	KG	233	7.000
2.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. UMMI , Av. Getúlio Vargas, 2909, Bela Vista, Teixeira De Freitas.	DIÁRIA	KG	83	2.500
3.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E. UPA , Av. Getulio Vargas 4079, Pioneiro, Teixeira De Freitas.	SEMANAL	KG	125	500
4.	SERVIÇOS de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos	SEMANAL	KG	75	300



	serviços de saúde dos grupos A, B e E. LAVANDERIA HMTF , Av Kaikan 301, Jardim Caraipe, Teixeira De Freitas.				
--	---	--	--	--	--

OBS: As propostas apresentadas deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fornecimento do material, equipamento, bem como, para prestação do serviço, despesas essas: **transporte**, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para-fiscais, **fretes**, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

• **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1 - MANEJO: O manejo dos RSS é entendido como a ação de gerenciar os resíduos em seus aspectos intra e extra estabelecimento, desde a geração até a disposição final, incluindo as seguintes etapas:

1.1 - SEGREGAÇÃO - Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos.

1.2 - ACONDICIONAMENTO - Consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo.

1.2.1 - Os resíduos sólidos devem ser acondicionados em saco constituído de material resistente a ruptura e vazamento, impermeável, baseado na NBR 9191/2000 da ABNT, respeitados os limites de peso de cada saco.

1.2.2 - Os sacos devem estar contidos em recipientes de material lavável, resistente à punctura, ruptura e vazamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados e ser resistente ao tombamento.

1.2.3 - Os recipientes de acondicionamento existentes nas salas de cirurgia e nas salas de parto não necessitam de tampa para vedação.

1.2.4 - Os resíduos líquidos devem ser acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado, resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada e vedante.



1.3 - IDENTIFICAÇÃO - Consiste no conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos resíduos contidos nos sacos e recipientes, fornecendo informações ao correto manejo dos RSS.

1.4 - TRANSPORTE INTERNO - Consiste no traslado dos resíduos dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta.

1.4.1 - O transporte interno de resíduos deve ser realizado atendendo roteiro previamente definido e em horários não coincidentes com a distribuição de roupas, alimentos e medicamentos, períodos de visita ou de maior fluxo de pessoas ou de atividades. Deve ser feito separadamente de acordo com o grupo de resíduos e em recipientes específicos a cada grupo de resíduos.

1.5 - ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO - Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos já acondicionados, em local próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta dentro do estabelecimento e otimizar o deslocamento entre os pontos geradores e o ponto destinado à apresentação para coleta externa. Não poderá ser feito armazenamento temporário com disposição direta dos sacos sobre o piso, sendo obrigatória a conservação dos sacos em recipientes de acondicionamento.

1.5.1- O armazenamento temporário poderá ser dispensado nos casos em que a distância entre o ponto de geração e o armazenamento externo justifique.

1.6 TRATAMENTO - Consiste na aplicação de método, técnica ou processo que modifique as características dos riscos inerentes aos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente. O tratamento pode ser aplicado no próprio estabelecimento gerador ou em outro estabelecimento, observadas nestes casos, as condições de segurança para o transporte entre o estabelecimento gerador e o local do tratamento. Os sistemas para tratamento de resíduos de serviços de saúde devem ser objeto de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 237/1997 e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente.

1.7 - ARMAZENAMENTO EXTERNO - Consiste na guarda dos recipientes de resíduos até a realização da etapa de coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores.

1.7.1 - No armazenamento externo não é permitida a manutenção dos sacos de resíduos fora dos recipientes ali estacionados.



1.8 COLETA E TRANSPORTE EXTERNOS - Consistem na remoção dos RSS do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento ou disposição final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana.

1.8.1 - A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com as normas NBR 12.810 e NBR 14652 da ABNT.

1.9 - DISPOSIÇÃO FINAL - Consiste na disposição de resíduos no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com a Resolução CONAMA nº.237/97.

CLASSIFICAÇÃO

GRUPO A

Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

- Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido. Devem ser submetidos a tratamento antes da disposição final.

- Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo.

- Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica.

- Os resíduos do Grupo A, gerados pelos serviços de assistência domiciliar, devem ser acondicionados e recolhidos pelos próprios agentes de atendimento ou por pessoa treinada para a atividade, de acordo com este Regulamento, e encaminhados ao estabelecimento de saúde de referência.

GRUPO B

Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

- Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores).

- Os reveladores utilizados em radiologia podem ser submetidos a processo de neutralização para alcançarem pH entre 7 e 9, sendo posteriormente lançados na rede coletora de esgoto ou em corpo



receptor, desde que atendam as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.

- Os resíduos contendo Mercúrio (Hg) devem ser acondicionados em recipientes sob selo d'água e encaminhados para recuperação.

GRUPO E

Materiais perfuro cortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

- Os materiais perfuro cortantes devem ser descartados separadamente, no local de sua geração, imediatamente após o uso ou necessidade de descarte, em recipientes, rígidos, resistentes à punctura, ruptura e vazamento, com tampa, devidamente identificados, atendendo aos parâmetros referenciados na norma NBR 13853/97 da ABNT, sendo expressamente proibido o esvaziamento desses recipientes para o seu reaproveitamento. As agulhas descartáveis devem ser desprezadas juntamente com as seringas, quando descartáveis, sendo proibido reencapá-las ou proceder a sua retirada manualmente.

- O volume dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária deste tipo de resíduo.

- Os recipientes mencionados no item 14.1 devem ser descartados quando o preenchimento atingir 2/3 de sua capacidade ou o nível de preenchimento ficar a 5 (cinco) cm de distância da boca do recipiente, sendo proibido o seu esvaziamento ou reaproveitamento.

- O armazenamento temporário, o transporte interno e o armazenamento externo destes resíduos podem ser feitos nos mesmos recipientes utilizados para o Grupo A.

- As seringas e agulhas utilizadas em processos de assistência à saúde, inclusive as usadas na coleta laboratorial de amostra de paciente e os demais resíduos perfurocortantes não necessitam de tratamento.

SEGURANÇA OCUPACIONAL

- O pessoal envolvido diretamente com os processos de higienização, coleta, transporte, tratamento, e armazenamento de resíduos, deve ser submetido a exame médico admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, conforme estabelecido no PCMSO da Portaria 3214 do MTE ou em legislação específica para o serviço público.

- Os trabalhadores devem ser imunizados em conformidade com o Programa Nacional de Imunização-PNI, devendo ser obedecido o calendário previsto neste programa ou naquele adotado pelo estabelecimento.

- Os trabalhadores imunizados devem realizar controle laboratorial sorológico para avaliação da resposta imunológica.

- Os exames a que se refere o item anterior devem ser realizados de acordo com as Normas Reguladoras - NRs do Ministério do Trabalho e Emprego.



- O pessoal envolvido diretamente com o gerenciamento de resíduos deve ser capacitado na ocasião de sua admissão e mantido sob educação continuada para as atividades de manejo de resíduos, incluindo a sua responsabilidade com higiene pessoal, dos materiais e dos ambientes.
- A capacitação deve abordar a importância da utilização correta de equipamentos de proteção individual - uniforme, luvas, avental impermeável, máscara, botas e óculos de segurança específicos a cada atividade, bem como a necessidade de mantê-los em perfeita higiene e estado de conservação.
- Todos os profissionais que trabalham no serviço, mesmo os que atuam temporariamente ou não estejam diretamente envolvidos nas atividades de gerenciamento de resíduos, devem conhecer o sistema adotado para o gerenciamento de RSS, a prática de segregação de resíduos, reconhecer os símbolos, expressões, padrões de cores adotados, conhecer a localização dos abrigos de resíduos, entre outros fatores indispensáveis à completa integração ao PGRSS.

4 - LOCAIS DAS ENTREGAS E PRESTAÇÕES DOS SERVIÇOS

Nos diversos setores pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Teixeira de Freitas de acordo com a planilha acima descrita.

5 - ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS

As entregas e prestações dos serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por servidores da Secretaria Municipal De Saúde do Município de Teixeira de Freitas.

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 07-Secretaria Municipal de Saúde

PROJETO ATIVIDADE: 2201 - GESTÃO DAS AÇÕES ATENÇÃO BÁSICA; 2207 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 2202 - GESTÃO DAS AÇÕES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO /PESSOA JURÍDICA

Teixeira de Freitas, 21 de fevereiro de 2017.



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2017-SMS
PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP nº 020/2017-SMS

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando futuras e eventuais Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município. Conforme especificações, quantitativos e condições descritos abaixo, para um período de 12(doze) meses.

DADOS DA PROPONENTE	Preenchimento pelo Proponente
Razão Social	
CNPJ	
Endereço, nº, Bairro, Cidade / UF	
Telefone/Fax	
E-mail da proponente	
Dados Bancários	
Banco / Agência / Conta Corrente	/ /
Representante Legal / Procurador (para assinatura do contrato)	Nome, Nacionalidade, Estado Civil, Identidade, CPF, Cargo na Empresa proponente

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

LOTE 01

ITENS	DESCRIÇÃO SERVIÇOS/ PONTO DE COLETA	FREQ.	UND.	QUANT	QUANT. MÊS	VALOR UNIT.	VALOR MÊS	VALOR ANO
1.								
2.								
VALOR TOTAL								

LOTE 02

ITENS	DESCRIÇÃO SERVIÇOS/	FREQ.	UND.	QUANT	QUANT. MÊS	VALOR UNIT.	VALOR MÊS	VALOR ANO



	PONTO DE COLETA							
3.								
4.								
VALOR TOTAL								

1. DECLARAÇÕES:

1.1. Preço: Nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre os serviços da presente licitação.

1.2. Prazo de Entrega: Imediato, após o recebimento da respectiva Requisição / Autorização.

1.3. Execução: Será em conformidade com o solicitado e especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

1.4. Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura dos envelopes.

1.5. Garantia do Serviço: em relação aos serviços prestados no conserto/reparo o prazo de garantia dos mesmos, não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias.

1.6. Prazo para Conserto/reparo em garantia: a contratada se responsabilizará pelos consertos, reparos e substituições de peças- (dos serviços que estão no período da garantia, qual seja, 90 (noventa) dias)- em um prazo de até 48 (quarenta e oito horas).

1.7. Proposta Final: a proponente se compromete a encaminhar a proposta final ajustada em até 05 (cinco) dias corridos, sob pena de desclassificação.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2017.

Razão Social / CNPJ

Nome do representante legal

Nº do RG do Representante Legal

Observação importante: Não serão aceitas propostas manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.

**ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2017-SMS****PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /**

Aos ___ dias do mês de _____ do ano 2017, na sede da COPEL - Comissão Permanente de Licitação, com endereço à Rua Prudente de Moraes, 160, centro, Teixeira de Freitas - BA, CEP _____, CNPJ _____, isento de inscrição estadual, e a empresa _____, estabelecida à _____, bairro _____, cidade de _____ - UF _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, nos termos da Lei 8666/193, Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal 7892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Municipal nº 541/2014 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços 020/2017-SMS, Ata de julgamento de Preços, homologada em _____ de _____ de 2017 pelo Prefeito Municipal do Município de Teixeira de Freitas - BA, Timóteo Alves de Brito, **RESOLVEM** registrar os preços para prestação de serviços, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela empresa signatária, cuja proposta fora classificada no primeiro lugar para o(s) item(ns) _____.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1. PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando futuras e eventuais Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município. Conforme especificações, quantitativos e condições descritos abaixo, para um período de 12(doze) meses, registrados conforme especificações, quantidades e preços descritas no item 2 desta Cláusula da presente Ata de Registro de Preços para atendimento das necessidades do Município de Teixeira de Freitas - BA, nos termos do Edital.

2. Os serviços são os seguintes:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL					

CLÁUSULA SEGUNDA

**DA VALIDADE DOS PREÇOS REGISTRADOS**

1. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, a contar da assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, conforme art. 12 do Decreto n.º 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços o Município de Teixeira de Freitas não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA**DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por órgãos solicitante, desde que autorizada pelo Gestor da presente ata no Município de Teixeira de Freitas.
2. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o constante do Anexo desta Ata, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO 020/2017-SMS.
3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO 020/2017-SMS, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição.
4. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, ratificada no Anexo desta Ata, e somente poderá ser alterado nos termos do item 16, do Título X, do Edital do PREGÃO 020/2017-SMS.

CLÁUSULA QUARTA**DO LOCAL EXECUÇÃO E PRAZOS**

1. A prestação de serviços, objeto da presente licitação, quando solicitados, serão prestados dentro do município de Teixeira de Freitas, no endereço constante da solicitação/requisição.
2. Para os órgãos ou entidades que aderirem à Ata de Registro de Preços, o local de execução e os prazos para execução serão objeto de negociação entre as partes e serão consignados em contrato a ser firmado entre a contratante e a contratada.
3. A prestação de serviços, deverão ser realizados em quantitativos e prazos fixados nas requisições encaminhadas ao licitante contratado.

CLÁUSULA QUINTA**DO PAGAMENTO**

1. A cada fornecimento, o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, a contar da data do ateste (recebimento definitivo) de faturas/notas fiscais pelo órgão requisitante.
2. As notas fiscais deverão vir acompanhadas mediante prévia comprovação de regularidade da empresa perante a PGFN, CNDT e FGTS.

CLÁUSULA SEXTA**DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO**

1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, pelo Secretaria Municipal de Saúde do Município de Teixeira de Freitas/BA.



2. As **AUTORIZAÇÕES PARA ADESÃO** a Ata de Registro de Preços, serão permitidas pelo Chefe do Executivo do Município de Teixeira de Freitas/BA.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DA VALIDADE DOS SERVIÇOS**

1. O prazo de validade dos serviços prestados deverão obedecer as normas vigentes e observadas as demais observações constante do Edital - Anexo I - Especificações Técnicas / Termo de Referência- e Anexo II- Proposta Comercial .

**CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES**

1. O fornecedor que descumprir total ou parcialmente o contrato celebrado com a CONTRATANTE caracterizará inadimplência da adjudicatária / contratada, aplicando-se as seguintes sanções, previstas no **art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93**:

1.1. Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

1.2. Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

c) Multa no valor de 0,2% (Dois décimos por cento) do valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso no cumprimento do fornecimento.

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a trinta dias, com a consequência rescisão do contrato.

1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal.

1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

2. O valor da multa aplicada, nos termos do inciso II desta cláusula, será retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no contrato.

4. As sanções previstas nos itens 1.1, 1.3 e 1.4 deste Título poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no item 1.2, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5. O licitante que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta,



falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Teixeira de Freitas, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

5.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município de Teixeira de Freitas/BA.

6. As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

**CLÁUSULA NONA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Após a publicação da Ata de Registro de Preços nos órgãos oficiais, poderão ser solicitados os fornecimentos dentro do prazo de validade do Registro, mediante formalização de contrato específico.

2. Os licitantes que tenham seus preços registrados obrigar-se-ão a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços.

3. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial 020/2017-SMS e seus Anexos, e a proposta da empresa _____, classificada em 1º lugar para o MENOR PREÇO POR LOTE.

4. Para dirimir todas as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Teixeira de Freitas- Estado da Bahia, excluído qualquer outro.

E, por assim se acharem justas, acordadas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais.

Teixeira de Freitas - BA, _____ de _____ de 2017.

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS/BA

EMPRESA SIGNATÁRIA DA ATA

PREFEITO MUNICIPAL

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS : a) _____ **b)** _____

**ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2017-SMS
PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS****MINUTA DE CONTRATO Nº ____ / 2017**

TERMO DE CONTRATO que entre si fazem a Secretaria _____ e o vencedor do - PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP - Edital nº 020/2017-SMS".

O Fundo Municipal de Saúde do município de Teixeira de Freitas-BA, inscrito no CNPJ sob o nº _____, com sede administrativa na _____, nº _____, Bairro _____, Teixeira de Freitas - BA, neste ato representado pelo _____, Sr. _____, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada no endereço _____, nº _____, Bairro _____, cidade _____, estado _____ doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, profissão _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliada no endereço _____ nº _____, bairro _____, cidade _____ estado _____, por acharem entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, pelas cláusulas e condições descritas no presente contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA LEGALIDADE

1. O presente contrato administrativo tem como base legal o Processo Licitatório na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP nº 020/2017-SMS, Processo Administrativo nº 010/2017-SMS, e ainda, a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 541/2010, e pelas normas contidas no Edital do certame e seus Anexos, que são partes integrantes desta avença, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a aquisição de materiais previstos no PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP do tipo MENOR PREÇO POR LOTE,



visando futuras e eventuais Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município. **Conforme especificações, quantitativos e condições descritos abaixo, para um período de 12 (doze) meses**, pelas condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

1. As partes atribuem a este Contrato, para efeitos de direito, o preço por lote mensal de R\$ _____ (_____) o qual será pago em até 30 (trinta) dias, por meio de depósito bancário na Conta Corrente nº _____, da Agência _____, do Banco _____, em nome da CONTRATADA, aberta especificamente para este fim.

2. Os serviços são os seguintes:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL					

3. O valor definido nesta cláusula inclui **todos os custos operacionais pela execução do objeto desse contrato**, tais como os tributos eventualmente devidos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete, bem como as demais despesas diretas e indiretas, inclusive com ensaios, testes e demais provas para controle tecnológico, seguros em geral, regulamentos e posturas municipais, de modo a constituir a única contraprestação pela execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. O valor do presente contrato será fixo e irreajustável até o final do período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação das propostas.

2. Na hipótese de sobrevirem fatos retardadores da execução do objeto, que façam prolongar o prazo além dos 12 (doze) meses, desde que comprovadamente não haja culpa da CONTRATADA, fica estipulado o índice de reajuste abaixo especificado para correção dos preços dos serviços remanescentes.

3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração dos produtos, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

3.1. Em caso de revisão contratual, o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, ou de nova revisão, será a data em que a anterior revisão tiver ocorrido.



3.2. Em caso de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a data de concessão do reequilíbrio será aquela do protocolo de apresentação do pedido pela CONTRATADA.

4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, deverá a CONTRATADA demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

6. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica do CONTRATANTE, porém contemplará os quantitativos remanescentes a partir da data do protocolo do pedido no protocolo Geral do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas referentes ao presente Contrato foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente.

2. Caso os serviços ultrapassem o exercício atual, nos exercícios seguintes as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o CONTRATANTE obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

1. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses.

2. A CONTRATADA, depois de notificada pelo Município de Teixeira de Freitas através da emissão da Requisição, deverá acusar o seu recebimento, e no prazo máximo de 03 (três) dias deverá ser iniciado o cumprimento do objeto solicitado, sob pena das penalidades previstas na cláusula vigésima do instrumento contratual.

3. Estes prazos não poderão ser prorrogados ou suspensos, salvo, por força maior ou caso fortuito, de conformidade com o Código Civil Brasileiro e com o art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente comunicado ao CONTRATANTE, ou por decisão expressa deste.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DE PRAZOS

1. Os prazos de início e término do contrato poderão ser prorrogados, por aditivo contratual, se comprovadamente ocorrerem às circunstâncias a seguir descritas:

1.1. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.



1.2. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de execução do objeto por ordem e no interesse do CONTRATANTE.

1.3. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

1.4. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência.

1.5. Omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

1. Dos Direitos

1.1 . Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber o objeto/serviços deste contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

2. Das Obrigações

2.1 Constituem obrigações da **Contratante**:

- a) efetuar o pagamento na forma previsto neste instrumento;
- b) fiscalizar a execução deste contrato;
- c) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

2.2 Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Prestar o serviço de GARANTIA, sempre que solicitado no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), de acordo o anexo II, deste edital.
- b) Fornecer os serviços na forma ajustada.
- c) Constar na proposta a descrição do objeto ofertado conforme anexo I, deste edital.
- d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- e) manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- g) responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato,



independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

h) responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;

i) não utilizar este contrato, como garantia de qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos bancários ou descontos de duplicatas;

j) fica estabelecido que o objeto do contrato não poderá sofrer intervenção de terceiros. A infringência dessa obrigação implicará na cessação, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas com o contrato, implicando também na sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial;

k) em relação aos serviços prestados no conserto e/ou reparo informar o prazo da garantia dos mesmos, que não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias.

l) a contratada se responsabilizará pelos consertos, reparos e substituições de equipamentos defeituosos em um prazo de até 48 (quarenta e oito horas).

m) a CONTRATADA se responsabilizará totalmente pela mão de obra, utilizados para a realização dos serviços, bem como todos os encargos, garantindo a plena execução conforme objeto;

n) fornecer todo o material de segurança conforme determina a Lei, bem como fiscalizar a utilização dos mesmos em serviço, que se faz necessário para a correta execução das atividades ora licitadas, a fim de evitar acidentes de trabalho.

3. Das obrigações da Contratante

3.1. Efetuar o pagamento ajustado;

3.2. fiscalizar a execução deste contrato;

3.3. dar a contratada as condições necessárias à regular execução do contrato.

CLÁUSULA NONA-DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A CONTRATANTE, por meio da Secretária Municipal de Saúde ou por preposto nomeado através de Portaria, efetuará a fiscalização dos serviços, controle e funcionamento dos equipamentos a qualquer instante e nos termos estabelecidos no Anexo I e II, deste edital e das cláusulas constantes do edital licitatório e/ou contrato entabulado entre contratante e contratada.

2. No desempenho de suas atividades é assegurado, ao órgão fiscalizador, o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições, inclusive solicitando à CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações sobre o seu andamento.



3. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

1. Integram o presente Contrato, como se aqui estivessem transcritos:

1.1. O edital nº 020/2017-SMS;

1.2. Anexo I - Termo de Referência;

1.3. Proposta vencedora, fls. __/ __ do PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP nº 020/2017-SMS;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A CONTRATADA apresentará a fatura correspondente à Secretaria Municipal de Saúde com os valores mensais devidos, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprová-la ou rejeitá-la.

1.1. A comprovação da prestação de serviços será mediante apresentação da 1ª via da documentação fiscal (Nota Fiscal de Venda de Mercadorias), com identificação do local onde foi entregue, devidamente atestada por servidor responsável pelo recebimento.

2. A fatura não aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 1 desta cláusula, a partir da data de sua reapresentação.

3. A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução do objeto contratado.

4. O CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas em até 30 (trinta) dias, contados da data do "atesto" da Nota Fiscal/Fatura, e de termo de recebimento definitivo mediante prévia comprovação de regularidade da empresa perante CNDT, PGFN e FGTS.

5. A prestação de serviços terá valor estimado pagando-se tão somente as quantidades efetivamente prestada não podendo a CONTRATADA, findo o contrato reclamar qualquer saldo porventura existente referente aos serviços não fornecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato será observado, no que couber, a disposição contida nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

2. Na hipótese da não-aceitação do objeto contratado, o CONTRATANTE registrará o fato no Livro de Ocorrências, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível, indicando as razões da não aceitação.

3. Atendidas todas as exigências registradas no Livro de Ocorrências, a CONTRATADA deverá solicitar novamente o recebimento do objeto



contratado, e, estando conforme, a Secretaria Municipal de Saúde emitirá o Termo de Recebimento/Ateste no documento fiscal correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

1. A CONTRATADA responderá durante o prazo irredutível de 01 (um) ano, contados da data da entrega do objeto contratado.
2. A contratada não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como qualquer dano causado à contratante ou a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
3. A contratada responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução do serviço, salvo na ocorrência de caso fortuito ou força maior, sem que haja culpa da contratada, devidamente apurados na forma de legislação vigente, quando comunicados à contratante no prazo de até 48h (quarenta e oito horas) da ocorrência, ou por ordem expressa e escrita da contratante.
4. Ficando comprovado, depois do negócio realizado e antes da entrega do objeto a contrata cresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos, encargos, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais não incidentes sobre a compra efetuada, tais valores serão imediatamente excluídos, sobre a compra efetuada, tais valores serão imediatamente excluídos, com o reembolso do valor que porventura tenha sido paga à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PESSOAL

1. O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução do objeto ora avençados não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos;
2. em relação ao pessoal que a CONTRATADA empregar será de sua responsabilidade todos e quaisquer ônus e encargos da legislação social, previdenciária e trabalhista, decorrentes da execução do presente contrato;
3. fornecer todo o material de segurança conforme determina a Lei, bem como fiscalizar a utilização dos mesmos em serviço, que se faz necessário para a correta execução das atividades ora licitadas, a fim de evitar acidentes de trabalho;
4. a CONTRATANTE, por meio da Secretaria Municipal de Saúde ou por preposto nomeado através de Portaria, efetuará a fiscalização, ou, requererá informações acerca do pagamento de salários e demais recolhimentos inerentes a folha salarial dos funcionários que prestem os serviços para a contratante;
5. a ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica.



6. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a CONTRATADA a ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

1. O fornecedor que descumprir total ou parcialmente o contrato celebrado com a CONTRATANTE caracterizará inadimplência da adjudicatária / contratada, aplicando-se as seguintes sanções, previstas no **art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93**:

1.1. Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

1.2. Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) Multa no valor de 0,2% (Dois décimos por cento) do valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso no cumprimento do fornecimento.

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a trinta dias, com a consequência rescisão do contrato.

1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal.

1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

2. O valor da multa aplicada, nos termos do item 1.2 desta cláusula, será retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no contrato.

4. As sanções previstas nos itens 1.1, 1.3 e 1.4 deste Título poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no item 1.2, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5. O licitante que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Teixeira de Freitas, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.



5.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município de Teixeira de Freitas/BA.

6. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificado e comprovado. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

7. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

1. A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

1.0 Presente não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

1. Fica estabelecido que na hipótese da contratante deixar de exigir da contratada qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigí-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93; ou

3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA LICITAÇÃO



1. Para a execução do objeto deste Contrato, realizou-se licitação **PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP nº 020/2017-SMS**, regime MENOR PREÇO POR LOTE, cujos atos encontram-se no competente Processo Administrativo, em nome da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO

1. O presente Contrato vincula-se ao instrumento convocatório da licitação e à proposta da licitante vencedora e todos os demais anexos, fls. ____/____, do **PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP nº 020/2017-SMS**.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Aplica-se a este Contrato e nos casos omissos, o disposto na Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o foro da Comarca de Teixeira de Freitas/BA, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão contratual não resolvida administrativamente.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente CONTRATO, fruto do **PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP nº 020/2017-SMS**, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2017.

MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA

EMPRESA SIGNATÁRIA DO CONTRATO

NOME DO SECRETÁRIO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
CARGO NA EMPRESA

TESTEMUNHAS:

a) _____

b) _____

Nome:

Nome:

Identidade:

Identidade:

**ANEXO V - MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS**

Através da presente credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e CPF sob o nº, a participar do certame instaurado pelo Fundo Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas - BA, conforme acima identificado, outorgando-lhe poderes para representar a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado da, concedendo-lhe poderes específicos para rubricar propostas e demais documentos de habilitação e credenciamento das demais licitantes, formular propostas, interpor recursos e impugnações, receber notificação, tomar ciência de decisões, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, transigir, assinar atas do certame, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento licitatório em referência, aos quais daremos por firme e valioso.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2017.

Carimbo e assinatura: _____

Observações Importantes:

Reconhecer firma de quem assinou a carta de credenciamento.

Entregar, juntamente com a carta de credenciamento, a cópia simples da cédula de identidade do representante designado.

A carta escrita no modelo acima deverá ser entregue fora dos envelopes relacionados nos Edital, juntamente com uma cópia autenticada do Contrato Social ou Instrumento de Procuração que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que tiver assinado o credenciamento.

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.

**ANEXO VI - MODELO - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO EDITAL****PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA sob as penas da lei que retirou, leu e possui pleno conhecimento de todas as informações, bem como atende todas às exigências de HABILITAÇÃO, **dando plena aceitação às normas e condições contidas no Processo Administrativo e Edital acima referenciado**, nada tendo a reclamar no presente ou no futuro.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2017.

Razão Social / CNPJ

Nome e nº do RG do Representante Legal

Assinatura

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.

**ANEXO VII - MODELO - INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA sob as penas da lei que, até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, atendendo a todas as exigências feitas no referido instrumento convocatório, inclusive aquelas relativas ao cumprimento do objeto da licitação. (Inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/2002).

Declara ainda, que esta apta a participar de licitações e contratações administrativas, conforme o respectivo edital, não estando enquadrada em nenhum impedimento legal para licitar com o Município de Teixeira de Freitas - BA, especialmente no que tange o art. 9º da lei 8666/1993.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2017.

Razão Social / CNPJ

Nome e nº do RG do Representante Legal

Assinatura

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.

**ANEXO VIII - MODELO - DECLARAÇÃO DE ME ou EPP****DECLARAÇÃO DE (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)****PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA sob as penas da lei que, cumpri os requisitos para classificar-se como (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais por falsa declaração.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2017.

Razão Social / CNPJ

Nome e nº do RG do Representante Legal

Assinatura

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.

**ANEXO IX - MODELO - DECLARAÇÃO ART. 7º, XXXIII, CF**DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENOR**PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA que, em atendimento ao quanto previsto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, combinado com o art. 27 da Lei 8666/1993, alterado pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesseis) anos, alvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, estando ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais por falsa declaração.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2017.

Razão Social / CNPJ

Nome e nº do RG do Representante Legal

Assinatura

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.

**ANEXO X - MODELO - DECLARAÇÃO****DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO****PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), DECLARA que, em atendimento ao quanto previsto no Inciso III do art. 9º da Lei 8666/1993, alterado pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, não empregamos servidor público municipal em nossos quadros técnico, estando ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais por falsa declaração.

Teixeira de Freitas, ____ de _____ de 2017.

Razão Social / CNPJ

Nome e nº do RG do Representante Legal

Assinatura

**ANEXO XI - RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL****PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS**

DATA/HORA DO CERTAME: 08/03/2017 / 08:30hs (oito e trinta horas) (horário local).

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando futuras e eventuais Contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos dos serviços de saúde dos grupos A, B e E, gerados pelas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município. **Conforme especificações, quantitativos e condições descritos abaixo, para um período de 12(doze) meses.**

EMPRESA		CNPJ
ENDEREÇO		NÚMERO
BAIRRO	CIDADE / UF	CEP
E-MAIL		
TELEFONES	FAX	
PESSOA PARA CONTATO		
CARGO NA EMPRESA		

Recebemos da Comissão Permanente de Licitação - CPL, cópia do Edital e seus anexos, do PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP nº **020/2017-SMS**, para o objeto acima referenciado.

Teixeira de Freitas - BA, _____ de _____ de 2017.

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

Identidade: _____ CPF: _____

ESTE COMPROVANTE DEVERÁ SER REMETIDO AO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS, PELO E-MAIL **licitacaosmstf@gmail.com**, PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

**ANEXO XII - MODELO - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA****DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2017-SMS****PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com endereço à, nº, bairro, cidade de, estado de, neste ato representada legalmente por (nome e qualificação completa do representante legal), **DECLARA** sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar da licitação acima referenciada foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS, por qualquer meio ou por qualquer pessoa ;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS, por qualquer meio ou por qualquer pessoa ;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS quanto a participar ou não da referida licitação ;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS antes da adjudicação do objeto da referida licitação ;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Teixeira de Freitas, _____ de _____ de 2017.

Razão Social / CNPJ

Nome e nº do RG do Representante Legal

Assinatura

Observação Importante:

Não serão aceitas declarações manuscritas, tão pouco aquelas preenchidas em formulários sem o timbre da empresa proponente.

**ANEXO XIII - TERMO DE VISITA TÉCNICA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2017-SMS
PREGÃO PRESENCIAL PARA ARP Nº 020/2017-SMS**

**TERMO DE VISITA TÉCNICA
(MODELO)**

(local) e data.

Atestamos, para os devidos fins, nos termos do EDITAL DE PP 020/2017 - ARP, que a Empresa _____ visitou o local dos serviços, no dia/...../2017.

Nessa visita a empresa, por meio de seu representante, o (a) Sr. (a) _____ tomou ciência das condições atuais da realização do objeto desta licitação não cabendo alegações posteriores.

OBS.: A não apresentação deste documento implica na aceitação total das condições para realização do objeto desta licitação.

Assinatura do representante da empresa licitante

Assinatura do representante da SMS